

A cidade é tua



LÊ, O JORNAL LIVRE
N.º 2 SETEMBRO 2025

Desafios urbanos

Um panorama da situação atual das cidades portuguesas

Metrópole criativa

Uma entrevista com o urbanista brasileiro Nabil Bonduki

Boas ideias

Caminhos inovadores de outras cidades europeias e propostas do LIVRE para as nossas

Notas de Susana Moreira Marques

A escritora compartilha textos sobre a infância na cidade

POSTER

Ganha a tua cidade

Um tabuleiro de André Nóvoa ilustrado por Catarina Bessell



EDITORIAL

Um convite a criar as cidades



**ISABEL MENDES LOPES
E RUI TAVARES**

Nesta segunda edição do Lê, mergulhamos nas cidades e em como estes pólos, onde vivem e convivem milhares de pessoas, podem ser sítios bons para viver com a vontade, a imaginação e o investimento certos. Tantas decisões que afetam diretamente o nosso dia a dia e o nosso bem-estar partem da política local

— a forma como as cidades são desenhadas, quão longe a nossa casa é do nosso emprego, se a nossa rua tem sombra e verde, se o ar que respiramos é saudável, se conseguimos conhecer os nossos vizinhos e viver em comunidade. É papel dos decisores políticos — em conjunto com os cidadãos — tomar as decisões que melhorem o nosso quotidiano. E por isso é que as eleições autárquicas são tão importantes.

Quando se debatem as cidades e do que precisam para serem lugares bons para viver, é imediato pensar em casas dignas e a preços justos, transportes bons, jardins, parques infantis, escolas de qualidade, espaço público confortável e con-

vidativo, acesso à cultura e ao desporto. Pensamos também no respeito pelo tempo. Mas há outros elementos menos visíveis, mas igualmente importantes, como a confiança. Não só a confiança em como a cidade funciona, nos seus sistemas e serviços, mas também em como promove a confiança entre cidadãos, reforçando os laços de comunidade. Uma cidade confiável é uma cidade onde os cidadãos se sentem mais seguros e, portanto, mais livres de viver a sua vida e de usufruir da cidade.

Convidamo-vos a percorrer as ruas e veredas deste Lê, confiantes de que juntas e juntos faremos das nossas cidades lugares bons para viver. 

DETALHE DE BASED ON A TRUE STORY II, POR ANA ARAGÃO





Grandes desafios

REPORTAGEM Especialistas falam sobre crise de habitação, questões de mobilidade e integração e outros temas que afetam as cidades hoje

Nos seus 92,152 km², Portugal tem uma população de 10,7 milhões vivendo em 308 municípios — 278 no continente e 30 nas Regiões Autónomas. Com perfis distintos, de aldeias a grandes centros, "as cidades portuguesas passaram por grande transformação", diz José Carlos Mota, professor na Universidade de Aveiro. Desde a década de 1960, o país assistiu a um êxodo rural que contribuiu para o despovoamento do interior e o crescimento das cidades.

"Vimos de cinco décadas de explosão urbanística e, depois, da crise financeira e imobiliária de 2008. E ainda estamos, ao fim de quase vinte anos de grandes incertezas, sem perceber bem novos modelos de progresso para as cidades", diz João Seixas, professor da NOVA/FCSH. "Há tentativas, há inovações, há algumas políticas de habitação acessível, mobilidade, melhoria dos sistemas ecológicos. Mas há muitas reincidências em políticas ultrapassadas."

"Hoje o próprio urbanismo — que é uma ciência, mas também é uma política — está indeciso, não está a responder às necessidades mais fundamentais", diz Seixas. "Portugal continua desatento às suas cidades." Para a urbanista Laura Sobral, que atua no desenvolvimento democrático de cidades ao redor do mundo, "os maiores desafios das cidades portuguesas são parecidos com os de outras cidades, só que varia a profundidade".

Há dois consensos entre os investigadores: de que não há resolução fácil e de que precisamos nos unir. "A natureza multifacetada destes desafios — democráticos, ambientais, socioeconómicos e urbanos —, requer mudanças profundas no planeamento e na governança urbana", diz a urbanista Isabella Rusconi. "É necessário um novo paradigma que garanta o direito à cidade". Para isso, é crítico que a transformação seja construída colaborativamente, como reforça Sobral: "Se as pessoas moram nas cidades ou as frequentam, elas deveriam ter possibilidade de voz. Precisamos de múltiplas aproximações, múltiplos aprofundamentos e de multiplicidades."

Mobilidade motorizada

O aumento da densidade demográfica acarretou graves problemas relacionados à fluidez e à funcionalidade das cidades, diz José Carlos Mota. "É um problema de falta de ordenamento do território, de incapacidade de planejar as cidades e aproximar as funções de que nós necessitamos, sobretudo casa-trabalho e casa-escola." Temos, então, cidades cada vez menos descarbonizadas — já que o padrão de mobilidade motorizada, além de agravar os índices de congestionamento e sedentarismo, produz mais CO₂ e polui o ambiente.

Envelhecimento populacional

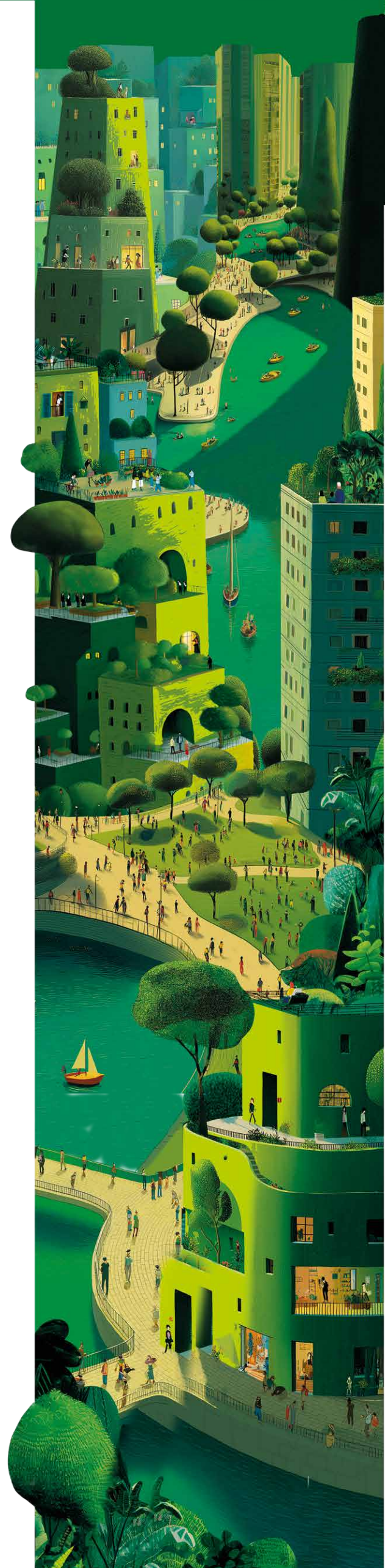
Hoje, cerca de 25% da população portuguesa tem mais de 65 anos. Com a falta de habitação nos centros, a moradia desregulou-se e pessoas deixaram de viver próximas à família, levando a maior solidão.

Integração e participação

Desde 2007, a população mundial é maioritariamente urbana. Em Portugal, atualmente, 68% da população vive em cidades (em 1960, eram 35%). É essencial que as cidades cresçam atendendo essa dinâmica e assegurando a integração de quem chega e se torna parte da vida comunitária. "É preciso ter processos participativos legítimos, estruturados e com recursos para isso — não só financeiros, mas também humanos, de tempo", diz Sobral.

Habitação acessível

O maior desafio, transversal aos demais, é a falta de habitação acessível. "Este é hoje um dos problemas nucleares, porque nós, sem habitação, não temos teto, não temos possibilidade de aceder aos serviços que a cidade oferece", diz Mota. A garantia de mínimos direitos também é fundamental para que as pessoas possam ter outras preocupações, complementa Seixas. "Temos que atender às necessidades da humanidade. Criar condições para que haja estabilidade no presente e esperança no futuro."





Desenhando uma metrópole criativa



ENTREVISTA O arquiteto e urbanista Nabil Bonduki, vereador da cidade de São Paulo, discute iniciativas na habitação, na ecologia e na cultura da maior capital brasileira

Agora no seu terceiro mandato de vereador, Nabil Bonduki quer disputar (e vencer) a eleição para prefeito de São Paulo. Enquanto isso, depois de ter relatado e redigido a versão final do Plano Diretor Estratégico da cidade, o professor de planejamento urbano na Universidade de São Paulo tenta transformar a mais populosa das cidades brasileiras.

JORGE PINTO Trabalhaste muito na ligação entre urbanismo e habitação. Que políticas são essenciais?

NABIL BONDUKI No Brasil, desde os anos 1980, temos buscado articular a política urbana com a política habitacional, sobretudo na perspectiva de garantir terra para quem nela mora; qualificar os assentamentos precários, com urbanização, saneamento, eliminação de áreas de risco, implantação de equipamentos sociais; e reservar terra bem localizada para moradia social.

Para alcançar isso, criamos uma zona específica na Lei de Uso e Ocupação do Solo, chamada ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social. Essas áreas são destinadas, prioritariamente, à habitação da população de baixa renda. O objetivo é reservar terrenos e glebas para a baixa renda, as retirando do processo de especulação imobiliária, enquanto programas federais de financiamento facilitam, com subsídio, o acesso ao crédito. A estratégia não tem sido tão bem sucedida porque o mercado imobiliário

tem se beneficiado das condições especiais criadas pela legislação e não tem destinado as moradias para o perfil de renda que se esperava.

JP Que aspetos da transição ecológica nas cidades te parecem ser essenciais?

NB Embora o desmatamento e a mudança do solo no rural ainda liderem a contribuição brasileira para as mudanças climáticas, as cidades são grandes emissoras de gases de efeito estufa. Por isso, elas precisam promover uma transição ecológica e energética. O esforço precisa estar focado, por um lado, na mobilidade, na construção civil e na gestão dos resíduos para reduzir as emissões de CO₂ e metano; e, por outro, em obras de afastamento do risco, no remanejamento da população que

vive em áreas afetadas pelos eventos extremos, na recuperação dos fundos de vales e áreas íngremes e no aumento da permeabilidade do solo.

JP Como vê a política urbana e a sua ligação ao setor cultural?

NB A cultura é uma dimensão essencial para a vivência plena da cidade. É por meio dela que os cidadãos estabelecem laços de identidade entre si e com os espaços. Em São Paulo, a vida cultural é pulsante, alimentada pelo desejo das pessoas pertencerem integralmente a esse universo cosmopolita, diverso e intenso. O desejo, entretanto, nem sempre se concretiza.

JP Como ampliar o acesso à cultura?

NB Desde 2002, em meu primeiro mandato de vereador, tenho trabalhado para ampliar o acesso pleno à cultura e às artes na cidade, com leis e políticas estruturantes para a cidadania e a democratização cultural. Em 2003, aprovei um projeto de lei que criou o programa VAI, destinado a apoiar projetos culturais de jovens na periferia. Busquei articular urbanismo e cultura, pensar e agir por uma cidade livre, expressiva, criativa, contemporânea, aberta a todas as manifestações artísticas e culturais. Atuei para assegurar o direito à cultura para todos. Merece destaque, nessa perspectiva, o fortalecimento da cultura periférica.

O VAI (Programa para a Valorização de Iniciativas Culturais) apoiou mais de 3 mil projetos culturais de coletivos de jovens periféricos. A rede de Casas Culturais na periferia atingiu 24 espaços e o Circuito SPCine já conta com mais de 20 salas de cinemas nas periferias. São iniciativas distribuídas em toda a cidade, em especial nas regiões de maior vulnerabilidade social, que podem inspirar a proposta de criação das Casas de Criação em Portugal. Além disso, na relação entre cultura e cidade, apoiamos eventos culturais nos espaços públicos, como no Programa Ruas Abertas, no Carnaval de Rua, na Jornada do Patrimônio, na Virada Cultural e no Circuito Municipal de Cultura.

“

A cultura é uma dimensão essencial para a vivência plena da cidade. É por meio dela que os cidadãos estabelecem laços de identidade entre si e com os espaços urbanos

Por uma cidade mais humana



ARTIGO Candidatos do LIVRE listam propostas nas áreas de ação social, cultura e ecologia para cultivar cidades que ofereçam maior grau de humanidade



**CLARA CRUZ SANTOS,
HÉLDER T. SOUSA,
CARLOS M.G.L. TEIXEIRA**

Viver na cidade é algo novo para o Homo sapiens. Numa história com cerca de 300 mil anos, habitámos o planeta de forma nomádica, como caçadores-recoletores, em 96% do tempo. Há cerca de 12 mil anos, as primeiras práticas agrícolas exigiram uma presença relativamente contínua num mesmo território e começámos a construir aldeias. Destas cresceram cidades.

A nossa fisiologia é ainda, em grande medida, aquela que a seleção natural moldou para um dia a dia profundamente conectado com a natureza — é esse o nosso habitat. Por isto, para sermos felizes na cidade, temos também de lá encontrar a natureza: a biodiversidade com que coevoluímos, um clima que nos seja favorável, e a qualidade no ar, na água e nos alimentos que a nossa fisiologia exige.

Com o tempo, passamos a apreciar não só a natureza, mas também a arte. Por isso a importância do centro da cidade ser marcado por instituições culturais — uma praça com um teatro ou uma casa

de ópera, talvez uma grande sala de concerto, um museu histórico ou um novo centro cultural que altere a configuração do espaço urbano. Os eventos culturais e os sítios que os acolhem são lugares públicos onde cidadãos podem se encontrar e trocar, onde a cidade pode ser replicada.

Ao longo do século XX, particularmente após a Primeira Guerra Mundial, a cidade desenvolve-se de modo a traduzir a evolução do pensamento sobre o Estado e a sua ação. A cidade cresce enquanto se criam sistemas de proteção social, que visam à melhoria do bem-estar das pessoas, à inclusão e à redução das desigualdades sociais. A cidade, lugar de inovação e experimentação, torna-se decisiva na resposta a problemas sociais complexos.

A 12 de outubro, têm lugar as **eleições autárquicas portuguesas**, em que cidadãos elegem representantes políticos — presidentes, vereadores e deputados — para as Câmaras Municipais, Assembleias Municipais, Juntas de Freguesia e Assembleias de Freguesia. A seguir, algumas ideias do que pode ser feito em prol de nossas cidades.

ECOLOGIA

A palavra ecologia resulta da união de outras duas que, em grego, significam casa e conhecimento. A ecologia recorda-nos que o conhecimento acerca da nossa casa comum — o planeta —, bem como da história natural da nossa espécie, é essencial para que nas cidades consigamos assegurar as características do nosso habitat.

Com os ecossistemas que a biodiversidade providencia, a ação climática necessária e a agricultura urbana sustentável, teremos o ar, a água e o alimento com a qualidade que a nossa saúde merece — o habitat no qual podemos ser felizes e saudáveis.

Propostas do LIVRE

1. Conter a expansão das cidades e restantes povoamentos, defendendo a reversão da chamada "Lei dos Solos" e consolidando e qualificando as áreas urbanas existentes com boa mobilidade, habitação, serviços, espaço público e paisagem.
2. Assegurar biodiversidade, clima, ar, água e alimento nas cidades, começando pela implementação dos necessários instrumentos de planeamento.
3. Criar Estratégias Locais para a Biodiversidade, com medidas que protejam os ecossistemas e os habitats naturais e antecipem o restauro da natureza diante dos efeitos das alterações globais.
4. Construir veredas, trazendo para a realidade algo que a Comissão Europeia encoraja: que, nas cidades, ao menos 30% do bairro seja arborizado e todos tenham um jardim a não mais do que 300 metros de casa.
5. Descarbonizar, reduzindo as emissões do tráfego rodoviário, da aviação e da indústria;
6. Mitigar o efeito de fenómenos climáticos extremos como as ondas de calor, assegurando Redes de Refúgios Climáticos.
7. Adaptar, apoiando a Reabilitação Ecológica das Habitações para maior conforto térmico.



CULTURA

A arte e a cultura, em particular as suas instituições, marcam a paisagem e a vida de uma cidade, influenciam a mobilidade e os fluxos de pessoas, moldam a economia, os hábitos das comunidades e a forma como estas se relacionam no espaço público. A política cultural pode transformar uma cidade num lugar inclusivo, aberto ao mundo e à inovação, tornando a comunidade mais coesa, crítica e ativa. Mas pode também contribuir para uma mercantilização do espaço público. Por isso a importância de haver uma forte política cultural moldando o espaço urbano e defendendo o direito a criar, imaginar e participar na cidade para todas as pessoas.

Propostas do LIVRE

1. Garantir a tutela democrática das instituições e o acesso generalizado à teatros, museus, arquivos, bibliotecas.
 2. Garantir condições para o trabalho dos agentes culturais e artísticos, profissionais e amadores; e propiciar o cruzamento da atividade cultural com outros setores de atividade de interesse público e comunitário.
 3. Permitir que Assembleias Cidadãs Culturais acompanhem e contribuam na definição dos objetivos de longo prazo das instituições culturais, criando Conselhos Consultivos
- 5** Municipais alargados para a definição das prioridades locais.
4. Criar uma rede de Casas da Criação — centros de criação comunitária descentralizados com bibliotecas, espaços de trabalho, aulas, lugares multimodais para associações, vizinhos e artistas, garantindo o acesso às práticas artísticas em todas as freguesias.
 5. Incentivar o associativismo cultural.
 6. Garantir autonomia e independência para o trabalho profissional; recuperar edifícios e espaços sem uso para a criação contemporânea, investir em programas plurianuais para coletivos, espaços de criação e de exibição, e construir Planos Municipais para a Arte e Cultura.



AÇÃO SOCIAL

A ação social integra políticas de realojamento, programas de qualificação escolar e profissional, iniciativas de combate à pobreza e estratégias de prevenção dirigidas à infância e juventude, bem como o acesso democrático à saúde e educação. No futuro, vai além destas dimensões, alinhando-se com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11: tornar cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis.

Descentralizada, a ação social autárquica é pensada em articulação com políticas públicas e recursos disponíveis — mas construída em conjunto com representantes e cidadãos locais. Trata-se de uma ação viva, sustentada por equipas coesas e territorialmente enraizadas, que encontram na comunidade um espaço de regeneração. Dessa forma, responde ao desafio das cidades resilientes e visa alcançar 2030 com territórios participativos, inclusivos, saudáveis e comunitários.

Propostas do LIVRE

1. Garantir o acesso dos/as munícipes aos serviços básicos locais como saúde, ação social direta, educação e habitação.
2. Aumentar a urbanização inclusiva e sustentável promovendo o ordenamento participativo do território.
3. Aumentar os mecanismos participativos de gestão com recurso ao modelo de orçamento participativo por idade e por setor.
4. Criar espaços e mecanismos participativos de gestão do bairro e da rua com a criação de um espaço físico comum de encontro e discussão, e o fomento de movimentos associativos de bairro e de moradores.
5. Assegurar espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência.
6. Intensificar a relação entre o conhecimento académico e científico e a ação autárquica com a rentabilização e implementação de projetos, teses e outras investigações relacionadas com a qualidade de vida no Local; promover a inovação e a experimentação.





Crescer no espaço

Autora de *Terceiro andar sem elevador* fala sobre as memórias da cidade e a infância

SUSANA MOREIRA MARQUES

1. Um homem volta à cidade onde cresceu e ao bairro onde viveu. Nele, só conhece os ausentes. Mas conhece-os bem. E o bairro. É um bairro com vários prédios, todos aparentemente iguais. Sabe que naquele prédio vivia um homem que tratava mal a mulher. Sabe que noutro apartamento vivia uma rapariga muito bonita, por quem esteve apaixonado sem ser correspondido. Sabe ainda que era ali ao lado, noutro prédio, que vivia um rapaz tal como ele, mas que não teve um destino como o dele, porque um dia atirou-se da varanda.

2. Esta cena — alguém que volta à casa e aponta para os lugares, como um guia faria — repete-se com outras pessoas, noutras cidades. Cada pessoa tem o seu mapa pessoal e tenta transmiti-lo, erguer novos monumentos, novas histórias que correspondam à vida que viveu ou ao período que conheceu para que o vejam reconhecido, que lhe seja prestada homenagem.

3. Quantos quilómetros precisamos de fazer para reconhecermos realmente a nossa infância?

4. Tenho pouca memória da minha infância. E não porque tivesse sido infeliz. Pelo contrário, tive uma infância feliz, até de sonho. Talvez a minha

falta de memória tenha a ver com o facto de a infância dos meus pais me parecer tão distante. De não sentir uma continuidade entre as nossas infâncias.

A minha infância — outro mundo completamente diferente da infância deles, numa aldeia de Portugal ou, mais tarde, num país exótico como Angola, que fica literalmente a milhares de quilómetros de distância.

Cada pessoa tem o seu mapa pessoal e tenta transmiti-lo, erguer novos monumentos, novas histórias

5. Quando visitei Angola, fui ver a escola primária da minha mãe. E fui ver o liceu do meu pai. Fui ver a casa da minha mãe. E a praça onde o meu pai brincava com o meu tio e onde chegariam os gritos da minha avó a chamá-los para comer.

Curiosamente, aqueles lugares da infância dos meus pais pareciam ter sobrevivido mais do que os lugares da minha própria infância, em Matosinhos ou no Porto, sem guerras, mas com mudanças vorazes. Mas a vida neles era, claro, irreconhecível.

Soube, nessa visita a Luanda, que, se os meus pais regressassem,

sentir-se-iam como exilados, possivelmente mais ainda do que se tinham sentido quando se instalaram em Portugal. Exilado não é o mesmo que estrangeiro. Exilado é aquele que não pode voltar para o lugar aonde pertencia, seja porque está sob ameaça se entrar, seja porque esse lugar deixou de existir.

Mas talvez todas as infâncias sejam lugares dos quais nos sentimos exilados.

6. De que é que eu estou a encher a infância das minhas filhas para além de dia a dia? Qual é a cidade que elas vão ter mais tarde na cabeça quando se afastarem tanto das suas infâncias que não sabem se são capazes de regressar?

Quais são as histórias que elas um dia vão achar que deviam estar a ser contadas — de apartamentos ou de lojas, de jardins e passeios com ou sem calçada, de pessoas que lhes terão parecido muito velhas — em vez de se apontar para mais um monumento, um ponto-chave, uma rua por onde toda a gente passa?

7. Mesmo quando uma mudança é grande — uma separação, por exemplo —, para as crianças, isso traduz-se sempre em mudanças pequenas e que não têm data fixa.

Um dia, deixam de dormir na cama de baixo do beliche e passam para a de cima, e logo esquecem quando fizeram a transição. Um dia, a casa está diferente. Um dia, começam a ir a lugares aonde antes não iam e rapidamente esses lugares parecem ter estado sempre na vida delas.

As crianças recompõem logo o mapa da sua cidade. Rapidamente, vivem como se tivesse sido sempre assim.

Não é que se esqueçam de como era antes, mas é que dão a devida importância ao que não tem que estar sempre a ser lembrado.

Boas ideias pelo mundo

Na procura por políticas urbanas mais sustentáveis, inclusivas e resilientes, muitas cidades europeias têm vindo a mostrar caminhos inovadores que poderiam inspirar profundamente o contexto português

ESPANHA • REFÚGIOS CLIMÁTICOS

Depois de ficar conhecido em Barcelona, o conceito de "refúgio climático" tem ganhado força em Madrid como resposta ao aumento das temperaturas e à urgência climática. No Círculo de Bellas Artes, um espaço interior climatizado e cheio de vegetação oferece gratuitamente um abrigo do calor para toda a população – com especial atenção aos mais vulneráveis. Ali, para além do conforto térmico, promovem-se atividades culturais e de descanso coletivo, como o "siestódromo", encontros comunitários e espaços de trabalho e leitura, num verdadeiro apelo a estilos de vida mais lentos, cuidadosos e coletivos.

COPENHAGA • PORTOS

Em Copenhaga, as piscinas públicas são o reflexo de uma revolução urbana que soube reconciliar a cidade com a sua água. Com rigorosos investimentos em saneamento e requalificação da orla, a capital dinamarquesa devolveu aos cidadãos o direito de nadar em plena cidade, com instalações seguras, acessíveis e gratuitas. Lugares como Islands Brygge ou Sluseholmen tornaram-se símbolos de lazer urbano sustentável, integrando bem-estar, design e reconversão ecológica dos espaços públicos. Mas não é só na Dinamarca que a água deixou de ser barreira: Berlim, Paris, Oslo e até Nova Iorque avançam com projetos semelhantes.

VIENA • MORADIA

Uma política habitacional robusta pode transformar a cidade num espaço de estabilidade social. Com cerca de 60% da população a viver em habitação social ou cooperativa financiada por um imposto solidário de 1% sobre salários, a capital

austriaca mantém rendas acessíveis, combate a segregação e garante habitação digna, mesmo para a classe média. Os modelos incluem desde apartamentos SMART a cooperativas autogeridas e renovação urbana suave que não expulsa os moradores. Tudo isto num sistema planeado para durar, com financiamento permanente e com forte presença pública na gestão do solo e do edificado.

AMSTERDÃO NOITE

A capital e maior cidade dos Países Baixos, Amesterdão, foi pioneira ao criar a figura do Night Mayor – um elo entre o município, os residentes e os agentes da economia da vida noturna. Com um papel independente, mas reconhecido, este "autarca da noite" ajuda a mediar interesses, resolver conflitos, acolher criatividade e garantir que a noite seja não apenas sinónimo de ruído, mas também de cultura, inclusão e inovação. O modelo holandês inspirou iniciativas semelhantes

em Paris, Londres, Berlim e Toulouse. A ideia é simples: proteger a diversidade e a vitalidade urbana após o pôr do sol.

AARHUS • MERCADOS CIRCULARES

Na segunda maior cidade da Dinamarca, os centros de reutilização tornam-se mercados circulares comunitários. Financiados por taxas municipais, acolhem móveis, materiais e objetos (tudo gratuito!) e materializam o princípio da economia circular enquanto fortalecem vínculos locais.

Lê, o jornal Livre #2

Conselho editorial: Rui Tavares; Beatriz Muylaert; Jorge Pinto; Bárbara Magalhães. Design: Julia Monteiro; José Albergaria; Pedro Miguel Santos. Ilustrações: Catarina Bessell. Ilustração de retratos: Diana Oliveira. Conceito do jogo: André Nóvoa. Fontes: INE/Pordata e ONU.

Todos os direitos reservados info@partidolivre.pt



Ganha a tua cidade

Sobre o jogo

Merecemos cidades onde valha a pena viver. Hoje, as nossas vidas estão fragmentadas: perdemos demasiadas horas do nosso dia em deslocações e não conhecemos os nossos vizinhos. Temos pessoas a viver sozinhas, isoladas. Faltam parques e espaços verdes, faltam locais públicos onde possamos estar de forma confortável e tranquilamente. Neste jogo, os habitantes de quatro cidades – vermelha, amarela, verde e azul – estão inicialmente separados, isolados, mas todos com vontade de lutar

por uma cidade e uma vida melhores. Todos eles e todas elas têm um objetivo comum: chegar ao parque, onde se podem reunir e partilhar as melhores práticas para as suas cidades. Este é o jogo no qual podes ganhar a tua cidade. O espaço público é determinante para criar cidades mais próximas, onde é possível cultivar o sentido de vizinhança, sentar num banco e conversar com outra pessoa; onde as crianças podem brincar e ser elas próprias. É no espaço público que reconstruímos laços. Mas, pelo menos aqui, quem chegar primeiro ganha!

Objetivo

Ser o primeiro jogador a transportar todos os seus peões (quatro) da cidade inicial até o parque central, pedalando ou caminhando pelo trilho que percorre o tabuleiro e termina na ponte que nos leva ao seu centro.

Regras básicas

PREPARAÇÃO

Cada jogador coloca 4 peões na cidade inicial da sua cor.

Decide-se quem começa lançando o dado e vê-se quem tira o maior número.

COMO ENTRAR NO TABULEIRO

Para tirar um peão da área inicial para a primeira casa é preciso rolar um 5 no dado ou chegar a 5 com o somatório dos dois dados.

Se sair um 5 e já tiver peões no tabuleiro, pode:

- Colocar um novo peão em

jogo – atenção: apenas dois peões podem ocupar uma mesma casa, incluindo a casa inicial.

- Se a casa inicial estiver ocupada, pode avançar um peão já em jogo.

MOVIMENTO

Lançam-se os dois dados e podem-se mover:

- Um peão com a soma dos dois dados;
- Dois peões diferentes, cada um com o valor de um dado;
- Se sair um double (por exemplo, dois 3), o jogador faz o seu movimento e joga imediatamente nova rodada.

CAPTURAS

Se um peão acabar o seu movimento ou ultrapassar uma casa ocupada por um peão adversário, este – do adversário – volta para a sua área inicial.

CASAS ESPECIAIS

Ao longo do tabuleiro, encontrarás casas com regras especiais que terão consequências na progressão. Para além disso, há algumas regras a ter em conta:

- Dois peões da mesma cor podem ficar juntos em qualquer casa, formando um bloqueio.
- Bloqueios impedem qualquer peão (inclusive do próprio jogador) de

passar. O movimento de outro peão terá de terminar antes da casa com bloqueio, mesmo que ainda restassem movimentos.

- Peões de cores diferentes não formam um bloqueio.

CHEGADA

Uma vez dada a volta ao tabuleiro, os peões deverão entrar na vereda da sua cor respetiva e subir em direção ao parque central. Para entrar no parque central, é necessário rolar o número exato no dado.

FIM DO JOGO

Vence o jogador que levar os 4 peões até o parque central primeiro. Boa sorte!

Componentes

- 1 tabuleiro
- 4 conjuntos de 4 peões (cada cor pertence a um jogador) – disponíveis em partidolive.pt/le.
- 2 dados de 6 faces.

